

OFÍCIO Nº: 245/2022/6ª PJALF

ASSUNTO: Encaminha Recomendação

ORIGEM: Sexta Promotoria de Justiça de Alfenas

Notícia de Fato nº 0016.22.000106-5

Alfenas, 13 de junho de 2022.

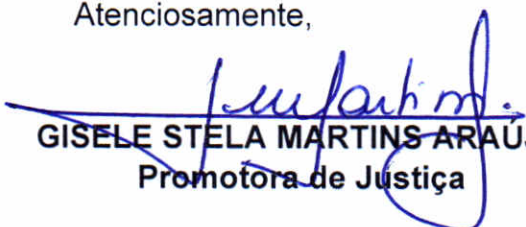
Excelentíssimo Senhor,

Em cordial visita, considerando o disposto no art. 129, II, da Constituição Federal e art. 120, II, da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho a Vossa Excelência a **Recomendação Administrativa nº 03/2022**, para conhecimento e eventual cumprimento dos seus termos.

Fixo-lhe o prazo de 15 (quize) dias para que seja informado o acolhimento ou não da Recomendação, bem como as providências adotadas no sentido de cumpri-la, juntando documentação comprobatória pertinente e, no caso de não atendimento, apresentação de justificativas fundamentadas.

Requisito ainda que seja dada ampla e imediata divulgação da presente recomendação pelo sítio eletrônico do Município e por afixação no átrio da Prefeitura de Alfenas.

Atenciosamente,


GISELE STELA MARTINS ARAÚJO
Promotora de Justiça

Excelentíssimo Senhor
FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Prefeito Municipal
Alfenas – Minas Gerais

Notícia de Fato n.º MPMG-0016.22.000106-5

DATA DO RECEBIMENTO: 07/04/2022

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO: GISELE STELA MARTINS ARAUJO

MUNICÍPIO: ALFENAS

REPRESENTANTE(S): ANÔNIMO

REPRESENTADO(S): MUNICÍPIO DE ALFENAS

VÍTIMA(S):

ÁREA(S) DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO (CÍVEL)

DOCUMENTO EXTERNO ORIGINÁRIO: Outros nº Man541083042022-6


DESCRIÇÃO DO FATO: Suposta cessão do prédio da estação à empresa Vianna Coffees para fins de instalação de um restaurante, sem concorrência pública.



0016220001065

Certifico que registrei estes autos no Sistema de Registro Único ☐ SRU, assim como procedi à devida autuação. Eu, ANA CAROLINE PEREIRA OLIVEIRA, OFICIAL DO MINIST. PÚBLICO - QP, assino.

Alfenas, 7 de abril de 2022.



ANA CAROLINE PEREIRA OLIVEIRA
MAMP: 615800



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

RECOMENDAÇÃO Nº 03, DE 09 DE JUNHO DE 2022.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, por meio da 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ALFENAS, ESPECIALIZADA NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais de tutela do patrimônio público e;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal, a Administração Pública deve obedecer aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, dentre outros expressos ou implícitos decorrentes de todo o ordenamento jurídico pátrio;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 23, inciso I da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

CONSIDERANDO que aportou, nesta 6ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público, denúncia anônima, registrada na **Notícia de Fato MPMG nº 0016.22.000106-5**, sobre suposta cessão do prédio da Estação à empresa Vianna Coffes, para fins de instalação de um restaurante, sem concorrência pública;

CONSIDERANDO que se logrou averiguar que a **Lei Municipal nº 4.911, de 20 de dezembro de 2019**, autorizou a doação de imóvel pertencente ao Município de Alfenas à empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, mediante o cumprimento de encargo

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma linha horizontal atravessando-a.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

consistente na execução de obras e manutenção da praça pública do bairro Estação, a serem definidas pelo Poder Executivo, no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no prazo de até 02 (dois anos), conforme redação do artigo 3º *caput*;

CONSIDERANDO que, posteriormente, o artigo 2º da **Lei Municipal nº 5.072, de 02 de dezembro de 2021**, alterou a redação do *caput* do artigo 3º da Lei Municipal 4.911, de 20 de dezembro de 2019, bem como lhe acrescentou o §3º, para aditar ao encargo, assumido pela empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, a manutenção do Barração (Espaço Cultural), localizado no Bairro Estação, pelo prazo de 10 anos, podendo para tanto fazer uso deste espaço conforme regulamentação por Decreto Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 3.122, de 23 de fevereiro de 2020, expedido para regulamentar a alteração legislativa promovida pelo artigo 2º da **Lei Municipal nº 5.072, de 02 de dezembro de 2021**, definiu os eventos e as atividades que poderão ser realizados no “Espaço Cultural”, sob a responsabilidade da empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, sendo-os, preferencialmente, culturais ou artísticos, no limite de até 12 (doze) eventos durante o ano, tais como: vernissagens, lançamentos de livros, recitais, música acústica, exposição, cursos de artesanatos, entre outros, devendo ser agendados, organizados e realizados pela referida empresa;

CONSIDERANDO então que referida alteração legislativa promovida pela **Lei Municipal nº 5.072, de 02 de dezembro de 2021**, na verdade, delegou a particular o direito exclusivo de explorar o uso de bem público, no caso, o prédio público intitulado de “Espaço Cultural”, pelo prazo de 10 anos, para organizar, promover e realizar eventos e atividades culturais e artísticas, sem prévia licitação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

CONSIDERANDO que nessa situação, em que se delega a particular o uso exclusivo de bem público para exploração do espaço, faz-se imprescindível a realização de licitação pela potencial pluralidade de interessados e para resguardar os princípios da isonomia e impessoalidade, conforme leciona com maestria Marçal Justen Filho¹: “Em muitos casos, a obrigatoriedade da licitação pode vincular-se a um princípio constitucional específico. Haverá situações em que será necessária a licitação por decorrência exclusiva do princípio da Isonomia. (...) A necessidade de excluir alguém demanda a adoção de critérios seletivos fundados no princípio da impessoalidade, segundo as exigências da isonomia.” ;

CONSIDERANDO que, nessa situação, em que se delega a particular o uso exclusivo de bem público para exploração do espaço, poder-se-ia aventar da utilização dos instrumentos de permissão e concessão de uso de bem público, conforme o caso, mediante licitação para a escolha de pretenso interessado, conforme se colhe da doutrina administrativista, vejamos:

“A concessão de uso de bem público é o contrato administrativo pelo qual, como o nome já indica, a Administração trespassa a alguém o uso de um bem público para uma finalidade específica.” (Celso Antônio Bandeira de Mello²);

“Sendo contratos administrativos, as concessões de uso de bem público recebem a incidência normativa própria do instituto, ressaltando a desigualdade das partes contratantes e a aplicação das cláusulas de privilégio decorrentes do direito público. (...) “Desse modo, deve ser realizada licitação prévia para a seleção do concessionário que apresentar as melhores condições para o uso do bem público. (...) “Admitem-se duas

¹FILHO, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16ed. Revista dos tribunais. 20144, fls. 61 e 62.

²MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de Direito Administrativo*. 26ed. Malheiros. 2008. São Paulo. Pág. 920.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

espécies de concessão de uso: a) a concessão remunerada de uso de bem público; b) a concessão gratuita de uso de bem público.” (José dos Santos Carvalho Filho)³ ;

*“A concessão de uso de bem público formaliza-se por contrato administrativo, instrumento pelo qual o Poder Público transfere ao particular a utilização de um bem público. Fundamenta-se no interesse público, a título solene e com exigências inerentes à relação contratual. **Como os demais contratos administrativos, depende de licitação e de autorização legislativa, está sujeito às cláusulas exorbitantes, tem prazo determinado e a sua extinção ante do prazo gera direito à indenização.**” (...) “Pode ser de duas espécies: a concessão remunerada de uso de bem público e a concessão gratuita de uso de bem público” (Fernanda Marinela⁴);*

*“Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado”, tratando-se de ato unilateral, discricionário e precário, mas que **“Quanto à exigência de licitação, deve entender-se necessária sempre que for possível e houver mais de um interessado na utilização do bem, evitando-se favorecimentos ou preterições ilegítimas”** (José dos Santos Carvalho Filho⁵);*

“A permissão de uso de bem público também é um ato administrativo unilateral, discricionário e precário, em que a Administração autoriza que certa pessoa utilize privativamente um bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e

³Filho, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo*. 14ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

⁴Marinela, Fernanda. *Direito Administrativo*, 4ed. Niterói/RJ, 2010, pag. 767.

⁵ Filho, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo*. 19ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2007. Pag. 1028, 1029 e 1031.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

privado" "O procedimento licitatório deve acontecer sempre que possível, especialmente quando existirem inúmeros interessados" (Fernanda Marilena⁶):

"Permissão de uso de bem público é o ato unilateral, precário e discricionário quanto à decisão de outorga, pelo qual se faculta a alguém o uso de um bem público. Sempre que possível, será outorgada mediante licitação ou, no mínimo, com obediência a procedimento que se assegure tratamento isonômico aos administrados." (Celso Antônio Bandeira de Melo⁷)

*"Sem embargo, casos há que em que os administrados podem obter um uso exclusivo sobre partes das áreas de bens de uso especial, por ser esta justamente a destinação das sobretidas áreas. É o que se passa nos mercados públicos e centro de abastecimento. **O Poder Público, então, defere, mediante licitação, permissão de uso ou concessão de uso destes "boxes" onde se instalarão os comerciantes interessados**" (Celso Antônio Bandeira de Mello⁸)*

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º da Lei 8.666/93, as concessões e permissões da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação;

CONSIDERANDO que um dos escopo da licitação é resguardar a observância do princípio constitucional da isonomia dos licitantes, nos termos do artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

⁶Marilena, Fernanda. *Direito Administrativo*, 4ed. Niterói/RJ, 2010, pag. 767.

⁷ Celso Antônio Bandeira de Melo. *Curso de Direito Administrativo*, 19.ª ed., p. 860.

⁸MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de Direito Administrativo*. 26ed. Malheiros. 2008. São Paulo. Pág. 920.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

CONSIDERANDO que da mesma forma a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações Públicas, a vigor a partir de 1º de abril de 2023, exige que a concessão e permissão de uso de bens públicos seja previamente licitada, nos termos do artigo 2º, inciso IV;

CONSIDERANDO ser dever de todo gestor agir de acordo com os princípios da Administração Pública legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, incumbindo-lhe envidar seus melhores esforços no sentido de perquirir o interesse da coletividade;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Municipal nº 5.072, de 02 de dezembro de 2021 violou literalmente os artigos 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, ao possibilitar a exploração de bem público pela empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, pelo prazo de 10 anos, sem a ocorrência de prévia licitação, afastando, portanto, por longa data, pretensos interessados, resultando ainda a violação dos princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade;

CONSIDERANDO, por fim, mas sob outro enfoque, que da documentação encartada nos presentes autos, tem-se a prestação de contas da contrapartida apresentada pela empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP correspondente à execução de obras e a manutenção da praça pública, no valor de R\$ 100.000,00, nos termos do artigo 3º da lei Municipal nº 4.911, de 20 de dezembro de 2019, sem a apresentação de documentação de conferência, como planilhas ou demonstrativos, restando prejudicada qualquer análise quanto ao fiel cumprimento do encargo assumido;

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma linha horizontal atravessando-a.

6



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

CONSIDERANDO que foram, ou deveriam ter sido, planilhadas as obras referentes à contrapartida apresentada pela empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, nos moldes do §1º do art. 3 da Lei Municipal nº 4.911/2019;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de prestação de contas disposta no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, segundo o qual se prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, vinculado ao Município pelo princípio da simetria;

CONSIDERANDO os princípios da transparência, eficácia, probidade administrativa, eficiência, interesse público, esperando-se da análise das prestações de contas informações para subsidiar avaliações em questões, como se o particular prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz, ocorrência de prejuízo ao erário e cumprimento do pactuado,

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Alfenas:

a) a revogação do artigo 2º da Lei Municipal nº 5.072, de 02 de dezembro de 2021, que alterou a redação do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.911, de 20 de dezembro de 2019, bem como lhe acrescentou o §3º, e do Decreto Municipal 3.122, de 23 de fevereiro de 2022, além de outros atos que porventura decorram daquele dispositivo legal e ato regulamentar;

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma linha decorativa curva à esquerda e o número 7 no canto inferior direito.

7



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Alfenas

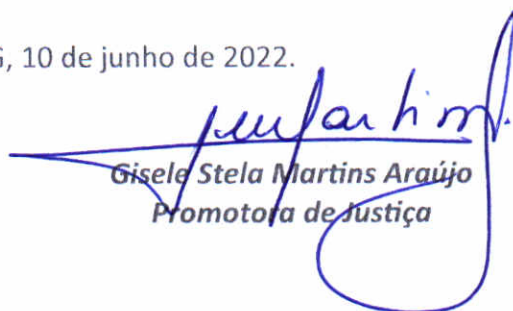
b) caso, por conveniência e oportunidade, a Administração Municipal queira conceder ou permitir a particular o uso do prédio público intitulado de "Espaço Cultural", localizado no Bairro Estação, para finalidades específicas, que seja mediante licitação ou procedimento seletivo prévio, assimilado à licitação, a fim de resguardar os princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade;

b) a averiguação do fiel cumprimento do encargo assumido pela empresa Vianna Coffe Comércio de Café Ltda – EPP, os termos do artigo 3º da lei Municipal nº 4.911, de 20 de dezembro de 2019, mediante análise documentada de atendimento dos itens planilhados definidos pelo Poder Executivo.

Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para que seja informado a esta Promotoria de Justiça o acolhimento desta recomendação e as providências adotadas no sentido de cumpri-la, juntando documentação comprobatória pertinente, e, no caso de não atendimento, para a apresentação de justificativas fundamentadas.

Além disso, requisita-se seja dada ampla e imediata divulgação da presente recomendação pelo sítio eletrônico do Município e por afixação no átrio da Prefeitura de Alfenas.

Alfenas-MG, 10 de junho de 2022.


Gisele Stela Martins Araújo
Promotora de Justiça